



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 71

Sessão Ordinária de Dezembro

1.ª Reunião de 29-12-2008

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Miguel Almeida Dias, Fernando José Florentino Marques, Marco António da Costa Gonçalves, Joaquim Manuel Silva Marques, Firmino Marques Ferreira, Vítor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Fernando Tavares Marques, Luis Claro de Jesus, Sésnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Herculano Melo Parente, António Bastos Marques Rodrigues, Ricardo Miguel Damas Tavares, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Nelson Ricardo Esteves Peralta e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Casimiro Simões Calafate, João António Fernandes Pedroso e Carlos Eduardo Maria Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luis Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins e Margarida Dias Ferreira.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa eu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, João Evangelista Rocha de Almeida, João Carlos Martins Valente, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo e Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Miguel Almeida Dias, Marco António da Costa Gonçalves, Herculano Melo Parente, António Bastos Marques Rodrigues e Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, respectivamente. Os sucedâneos nas listas de candidatura, Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva, José Carlos Carvalho Pedroso, Vera Maria da Cruz Vieira, Lucinda de Sousa Brandão Pereira, Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu, Sérgio Manuel Santos Ordens Vieira, do PSD, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes, do PS, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, a Presidente da Mesa⁰² deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009 da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados de Aveiro – discussão e aprovação;

Ponto 3. – Regulamento Orgânico da Câmara Municipal de Aveiro – alteração;

Ponto 4. – Regulamento do Museu da Cidade de Aveiro;

Ponto 5. – Regulamento sobre Licenciamento das Actividades Diversas;

Ponto 6. – Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas – Adesão e aprovação dos respectivos Estatutos;

Ponto 7. – Associação da Rota da Bairrada – Adesão e aprovação dos respectivos Estatutos;

Ponto 8. – Reconhecimento de interesse público: Escola Pequeno Cidadão – Aradas; Unidade Fabril da Diatosta Indústria Alimentar, SA – Oliveirinha; Armazéns Reis, Materiais de Construção, Lda – N.S.^a Fátima; Estação do Som, Lda. – Oliveirinha; Branco & Mendes, Lda. - Cacia.

Ponto 9. – Avenida Dr. Lourenço Peixinho – Delimitação e declaração de Área Crítica da Recuperação e Reversão Urbanística;

Ponto 10. – Proposta de recomendação – alteração do paradigma de cobrança do abastecimento doméstico da água.

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:⁰³

Acta n.º 66 – Sessão Ordinária de Setembro - 1.^a reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta votos a favor e cinco abstenções.

Vogal António Rodrigues (PS)⁰⁴

Presidente da Mesa⁰⁵

Acta n.º 67 – Sessão Ordinária de Setembro - 2.^a reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com vinte e nove votos a favor, um voto contra e cinco abstenções.

Acta n.º 68 – Sessão Extraordinária realizada em Outubro: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta e um votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 69 – Sessão Ordinária de Setembro - 3.^a reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com vinte e nove votos a favor e seis abstenções.

Vogal José Costa (PS)⁰⁶

Presidente da Mesa ⁰⁷

Acta n.º 70 – Sessão Extraordinária realizada em Novembro: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta e um votos a favor e quatro abstenções.

(Deram entrada na sala os Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, e Orlando Eduardo Silva Terra Seca).

Presidente da Mesa ⁰⁸

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usou na palavra a munícipe *Joana Esteves Madaleno Valente Lopes*⁰⁹, residente na Freguesia de Santa Joana, veio à Assembleia manifestar o seu desacordo em relação ao projecto de construção do “Eixo Rodoviário Aveiro/Águeda”.

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰¹⁰

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰¹¹

Vogal Vítor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹²

“Antes de mais quero saudar a munícipe interveniente no que diz respeito ao problema por si levantado. Permita-me dizer-lhe que o mesmo é extemporâneo, pois como certamente é do seu conhecimento o estudo de impacto ambiental esteve aberto discussão pública desde o dia 20 de Outubro até ao dia 12 de Dezembro, período que durante o qual, segundo instruções técnicas presentes, todos os interessados deviam ter apresentado as suas reclamações ou sugestões. No entanto, as preocupações por si expostas, relembram a esta Assembleia os problemas que a implantação do eixo rodoviário em apreço levanta, àqueles a quem esta obra deveria ter como finalidade primeiro servir.

Aproveito para informar que durante o período que o estudo de impacto ambiental esteve aberto à discussão pública, a Junta de Freguesia de Santa Joana realizou reuniões com a empresa Estradas de Portugal, com a Tecnofil – empresa responsável pela elaboração do projecto, com a Tecninvest – empresa responsável pela elaboração do estudo de impacte ambiental e ainda com a Agência Portuguesa do Ambiente, junto dos quais expusemos as nossas preocupações e manifestamos as nossas discordâncias.

Tendo como ordem de trabalho este assunto, foi também realizada uma reunião com a Assembleia de Freguesia e duas reuniões com a Junta de Freguesia abertas ao público, para que a população pudesse expor as suas opiniões sobre o assunto, bem como dar todo o apoio pela secretaria a todas as situações de pessoas interessadas a fazer as suas reclamações.

No decorrer deste período, não posso deixar de sublinhar, o apoio prestado por todos os elementos do executivo da Câmara Municipal de Aveiro, os quais comungaram das preocupações e das sugestões da Junta de Freguesia; mais não era de esperar do Senhor Presidente da Câmara, pois foi um antigo presidente duma Freguesia.

Caros Colegas a obra em apreço, foi pensada nos anos oitenta pelo então ilustre presidente da Câmara Municipal de Aveiro Dr. Girão Pereira. O que significa que se trata de um assunto em discussão há vinte e tal anos. Nunca durante este longo período de tempo (e foram já vários os estudos realizados) se falou na construção de uma auto-estrada, mas sempre de um eixo estruturante que tenha precisamente por objectivo estruturar o concelho e as freguesias circundantes do núcleo central da cidade, nomeadamente, Santa Joana, Gloria, Vilar, S. Bernardo e Oliveirinha; proporcionando simultaneamente a criação de eixos transversais que permitam não só uma melhor mobilidade intra concelhia, mas também elos de ligação à cidade.

Durante muitos anos, os aveirenses sempre se queixaram que a cidade estava muito concentrada na Avenida Lourenço Peixinho: habitação, serviços e comércio, etc. Por esse motivo, e ainda durante o exercício de funções do Dr. Girão Pereira, começou a alargar a cidade para fora dos limites da avenida, tendo assim nascido por exemplo a urbanização da Forca/Vouga, que por sua vez arrastou até si, habitação, comércio e os serviços, como é o caso da repartição de finanças, do notário, da conservatória, entre outras; a Guarda-fiscal, o ISCIA, o quartel da PSP passou por exemplo a estar situado na freguesia de Santa Joana.

Por sua vez, sempre foram do conhecimento geral das conversações, que os executivos camarários tiveram ao longo dos tempos, com a Estradas de Portugal no sentido na estrada nacional 109 ser municipalizada, convertendo-se a mesma a uma nova avenida; e agora pretende-se construir uma nova auto-estrada dentro da cidade e com portagens, criando barreiras de naturezas várias, com forte divisão da comunidade local. Alias, se tivermos em conta o contemplado no plano estratégico de Aveiro, o mesmo define a zona de expansão urbanística, a nascente da estrada nacional 109, tal intuito pretende-se com o facto de termos um concelho circundado de água pelo rio a norte, pela Ria a poente, e pela Pateira e Vale de Esteiro a sul.

À semelhança destes instrumentos de planeamento, outros houve que foram elaborados como é o caso do PDM, o PU; também neles consta a construção de um Eixo Estruturante, com as respectivas rotundas, a fim de serem criados eixos transversais de ligação às comunidades.

De facto não percebemos o porquê desta alteração radical, quanto à construção do eixo estruturante, que já era uma obra contemplada em instrumento de planeamento que foram sujeitos a discussão pública e aprovados.

Caros Colegas, durante muitos anos sempre ouvi falar por parte dos diferentes executivos camarários na construção do eixo estruturante e não de um eixo rodoviário!? Quanto a mim, a implantação de uma auto-estrada só vai trazer trânsito para dentro da cidade, não servindo de forma alguma os interesses das populações.

Custa-me a acreditar que alguém possa ter pensado numa via com tal perfil. Pois só quem não conhece Aveiro é que poderia trazer para dentro da cidade uma auto-estrada com portagens junto ao Parque de Feiras e Exposições, com uma vala de 3 a 8 metros de profundidade, entre a Ruas dos Campinhos e o lugar da Azenha da Moita — bem como para perto de outros equipamentos tais como o Pavilhão dos Galitos ou o novo Parque de Aveiro, e a zona da Forca/Vouga.

Para concluir resta-me apenas dizer que, a proposta feita pela Junta de Freguesia de Santa Joana, é de que seja dada continuidade à ideia de construir o Eixo Estruturante já iniciado na Forca/Vouga até à Moita, devendo o mesmo contemplar a construção de rotundas, para a criação de acessos a diversos lugares. A haver portagens, sugerimos que estas se situe junto da A17.”

Vogal António Granjeia (CDS/PP) [013](#)

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [014](#)

Vogal António Regala (PCP) [015](#)

Vogal Nelson Peralta (BE) [016](#)

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara ⁰¹⁷

Membros da Assembleia
Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰¹⁸
Presidente da Mesa ⁰¹⁹

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa ⁰²⁰

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

Membros da Assembleia
Vogal Carlos Candal (PS) ⁰²¹

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²²

“Gostava de falar aqui e de partilhar com a Assembleia, uma questão que se prende com a Saúde.

Em primeiro lugar para dar uma má notícia: é que embora pertencendo eu à Comissão Concelhia de Saúde, informo já antecipando o resumo que se vai fazer na primeira sessão do ano de 2009, que este ano, estranhamente, não sei porquê, porque nem é habito, não houve reunião nenhuma da Comissão Concelhia de Saúde.

Depois, gostava de dizer o seguinte, tem por diversas vezes esta Assembleia, tratado assuntos que se relacionam com o estado da Saúde no Concelho de Aveiro. Nomeadamente, perante políticas que têm contrariado as necessidades básicas de saúde da população, tem feito sentir o seu descontentamento e a sua posição perante a situação.

Não fica de fora deste tema o Hospital Infante D. Pedro. Trata-se de um equipamento fundamental, que deverá desenvolver toda a sua actividade em prol da população não só de Aveiro, mas também de concelhos vizinhos até Ovar, Sever do Vouga e Anadia. E pela área que abrange, pelos utentes que serve, exige que a sua classificação abranja um maior número de especialidades, que não só as actuais. Já era tempo de em Aveiro existir neurocirurgia; ou cirurgia cardiovascular; ou ter autonomia para efectuar uma trombólise.

Aliás esta Assembleia foi bem clara em Maio do corrente ano, quando aprovou uma moção que dizia textualmente: “Que sejam iniciados estudos no sentido da construção de um novo Hospital, que achamos deverá ser Central para cobertura de toda a actual área e a circundante a definir.”

Entretanto, há poucos dias a Srª Ministra da Saúde deixou o mote que Aveiro deveria começar a pensar o que queria em termos de Hospital. E é estranho, o desconhecimento da Srª Ministra, sobre o que esta Autarquia pensa deste assunto — até porque esta Moção lhe foi enviada.

O que é certo é que Aveiro necessita de um Hospital Central. Não é a existência de dois em cada uma das cidades capitais de distrito mais próximas (Porto e Coimbra) que poderá servir de justificação para continuar esta apatia.

Porto e Coimbra por si só têm população e área que justificarão a existência destes hospitais. Mas a população desta região também tem direito a ter melhores garantias de saúde e a não precisar de se deslocar para tratamentos ou cirurgias que por vezes até são simples. E esta população não deverá estar sujeita a que se ponha em perigo a vida de um qualquer

acidentado, só porque a deslocação, actualmente necessária, contraria a urgência que o combate ao acidente carece.

Pensamos pois que a resposta para as interrogações da Senhora Ministra já estará dada, sendo agora nossa obrigação envidar todos os esforços para que mais se não pare de pensar, projectar, construir e pôr a funcionar, o novo hospital central de Aveiro. Competirá à Autarquia de Aveiro dinamizar esforços e vontades que convirjam neste sentido e aglomerar outras entidades, nomeadamente a CIRA, para dar corpo a esta aspiração primordial de toda esta região.

E para que esta posição não fique sem um contributo, podemos inclusivamente avançar a nossa opinião de localização do novo Hospital. Independentemente de outras possíveis localizações que já foram apontadas no passado, pensamos que, actualmente, a instalação de um equipamento deste tipo na zona junto ao (futuro) Parque Desportivo de Aveiro seria a ideal. Primeiro, ficaria junto à confluência da ligação Norte/Sul, através da A17, com a parte leste da região, através da A25. Segundo, estaria junto à cidade e às freguesias de Cacia, Oliveirinha, Eixo, Sta. Joana, S. Bernardo e Aradas, oferecendo uma maior centralidade concelhia. Terceiro, dinamizaria uma zona que, perspectivando-se no alargamento urbano, carece de infra estruturas que eliminem o seu definhamento.

Estamos convictos que esta solução, acompanhada com alguns novos acessos e uma boa rede de transportes públicos, servirá os interesses das populações da região de Aveiro e beneficiará os agentes económicos que cá desenvolvem a sua actividade.”

Vogal António Granjeia (CDS/PP) ⁰²³

Vogal João Barbosa (PS) ⁰²⁴

Vogal António Costeira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁵

“Inscrevi-me neste período para me referir a duas situações que considero importantes para a minha freguesia e que gostaria de obter da parte da Câmara Municipal as informações necessárias:

1) Em primeiro lugar congratulo-me pelo facto de finalmente, a Câmara Municipal ter apresentado a candidatura para a obtenção de fundos comunitários, do Porto de Abrigo para Pescadores, em São Jacinto.

E é um factor importante a considerar no desenvolvimento sócio-económico da população da freguesia, uma vez que há muitos anos tal situação, apesar de prometida, tem vindo a ser esquecida por quem teria o dever de não o fazer.

É um momento para aplaudir, o qual só se concretizará logo que a candidatura seja aprovada e conseqüentemente seja iniciada e concluída a obra, que tanta falta faz aos Pescadores da minha freguesia.

Em segundo lugar gostaria de me referir á situação dos transportes marítimos que fazem a ligação entre São Jacinto e o Forte da Barra, da responsabilidade da Moveaveiro-Moveria.

Os transportes públicos que actualmente servem a freguesia em São Jacinto, são insuficientes e funcionam pessimamente.

A Moveaveiro dispõe de três lanchas e um Ferry-Boat, mas nesta altura só o Ferry-Boat funciona.

As três lanchas encontram-se paradas, sendo que uma por avaria, outra pelo facto de ter caducado o certificado de navegabilidade e outra, ao contrário daquilo que os responsáveis da Moveaveiro continuam a afirmar, mentindo à população, encontra-se parada nos estaleiros por falta de pagamentos devido a reparações efectuadas.

Os utilizadores dos transportes são obrigados a viajar à chuva, uma vez que o Ferry não dispõe de lugares cobertos em número suficiente. Será que estamos a retroceder no tempo.

Não sei, pois há poucos anos atrás, com lanchas de madeira e mais lentas, a população era muito melhor servida.

Ora, o que ultimamente tem vindo a acontecer com o serviço de transportes que a Moveaveiro proporciona à freguesia, é a todos os níveis irresponsável.

Se a avaria das lanchas é um facto que pode ocorrer a qualquer momento, já não se poderá dizer o mesmo da caducidade dos certificados e das reparações não pagas.

Relativamente à caducidade dos certificados, pergunto? De quem é a responsabilidade? Porque é que os directores da empresa Municipal deixam chegar a uma situação destas? Será que têm ordens superiores, ou fazem isso por responsabilidade própria. Acho que os ordenados chorudos que recebem, dava-lhes a responsabilidade de fazer mais e melhor.

Como é possível deixar chegar as lanchas ao estado lastimoso que as mesmas se encontram? Será por falta de dinheiro? Presumo que não, pois, quando existem avarias, a maior parte provocadas por falta de manutenção, a Moveria não olha a gastos para remendar situações por si criadas. Ainda hoje isso acontece. E quem paga? Todos nós, é claro!

Sobre o aumento do preço dos transportes, e referindo-me exclusivamente aos transportes marítimos, pergunto. Como foram obtidos os valores apresentados? Com uma inflação de 2,3%, calculada a 31 de Outubro último, com os combustíveis a baixar, com um aumento dos vencimentos dos trabalhadores de acordo com os índices da inflação, porquê aumentos de 4 e mais %. Deve ser para pagar o aumento da irresponsabilidade, porque o aspecto social é uma vez mais esquecido.

Pois Sr. Presidente da Câmara, a Junta de Freguesia pretende saber da sua parte o que é que a Câmara pretende fazer para resolver esta situação problemática, se irá ou não tomar posição junto de quem deixa caducar certificados, pondo em causa uma freguesia, pois, como há dias referi, da nossa parte tudo iremos fazer para que a população da nossa freguesia não seja prejudicada, por tanta irresponsabilidade, pedindo às pessoas para apresentarem junto da Moveaveiro todas as despesas provenientes por atrasos na chegada aos empregos e demais encargos provenientes da situação referida.

O que o bom senso indica, é haver sempre e sempre alternativas credíveis. Pelo menos duas lanchas e o Ferry terão que estar sempre operacionais para o caso de acontecer situações como têm vindo a acontecer, daí querermos saber qual a posição da Câmara sobre este assunto, se vai resolver o problema ou se irá deixar a população de São Jacinto votada ao abandono em termos de transportes públicos.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ⁰²⁶

Vogal João Barbosa (PS) ⁰²⁷

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁸

“Gostaria de começar por dar os sinceros parabéns ao Dr. Manuel António Coimbra pelo cargo que passou a desempenhar, e que faz jus às suas qualidades de investigador e do trabalho que tem feito já no âmbito da qualidade alimentar. Fico muito feliz que um membro desta Assembleia seja convidado para tão alto cargo e desempenho, que vai ser importante para o país; e fico também contente porque de facto o convite parte deste governo, e demonstra a saciedade com que este governo escolhe as pessoas competentes para os lugares, sem olhar aos cartões partidários; bem ao contrário daquilo que outros governos de bem triste memória faziam neste país.

Gostaria de começar, depois destes parabéns sinceros, de falar deste documento que veio da CCDRC, e dizer que a Democracia tem regras. E a “revenge” política, ou uma tentativa de “revenge” política, dá sempre mau resultado.

O Senhor Deputado do CDS Miguel Fernandes, tentou de uma forma, enfim, que até lhe fica mal porque para além do mais é jurista, tentou levantar o labeu nesta Assembleia de que

existiria uma incompatibilidade com um cargo que eu executo no PO Centro, e tem todo o legítimo direito de o fazer, mas cheirou de facto a vingança política - e é engraçado!

Vingança política porque eu também, fiz o mesmo relativamente a um deputado da “sua” bancada, o Sr. Diogo Machado! E é bom que leia e reflita exactamente no que aqui vem escrito - eu leio-lhe só um parágrafo, que é o seguinte: “...efectivamente, os membros das Assembleias Municipais, podem exercer funções não executivas em empresas municipais, intermunicipais, metropolitanas, detidas ou participadas pelo município pelos quais foram eleitos, é-lhe apenas vedado o exercício de funções executivas... (obviamente que na altura foi proclamado que o Sr. Diogo Machado exercia), que por maioria de razão poderão exercer funções de gestor não executivo noutras empresas”.

Considero o assunto encerrado, aliás eu nunca iria para um lugar que previamente não pedisse, porque nestas coisas gosto de ser ético, que não pedisse parecer sobre se existia alguma incompatibilidade. Tenho há muito tempo esse parecer e só não o forneci a esta Assembleia, porque só o fornecerei, se for necessário, quando obviamente a Assembleia também me fornecer a resposta aos múltiplos requerimentos que eu tenho e que apenas serve para fazer juntar papel junto dos serviços.

Gostaria também de falar de um assunto que vi esta semana no jornal, e que me envergonha como aveirense. Que me envergonha e muito! O município de Ílhavo lançou a concurso a construção de dois centros educativos e três escolas. A Carta Educativa do município de Ílhavo foi aprovada depois da nossa; acontece que a nossa Câmara, em vez de ir pelas linhas direitas e recorrer ao QREN, decidiu fazer um concurso — não sei se está resolvido se não, porque penso que é difícil entregar, porque só ouve um concorrente, mas enfim, decidir é muito complicado. O que é certo, é que nesta altura do campeonato Aveiro não tem nenhuma escola em construção. Basta ir aqui a Oliveira do Bairro, basta ir a Ílhavo; basta ir a Estarreja; vejam a toda a vossa volta, toda a gente está nesta linha.

E as nossas crianças? Alguma das escolas miseráveis que nos temos vai estar em condições? Vai haver escolas novas para o próximo ano lectivo? – Não vai. Não vai, e o Senhor Presidente da Câmara tem de uma vez por todas de nos dizer, se de facto vai continuar com essa tolice da parceria público privada ou vai dar o braço a torcer, e vai fazer como já o devia ter feito há muito tempo, que é recorrer aos fundos disponíveis para fazer a construção das escolas. Mas é pena que num mandato não consiga fazer, pôr uma pedra numa escola. Não vai ter, no último ano do seu mandato, não vai ter uma única escola. Quando estiver a sair, não vai ter uma escola nova que fez durante o seu mandato quando tinha condições para as ter feito.

Uma outra coisa que me tem de explicar é o seguinte (se quiser): constituiu um empréstimo de 58 milhões de euros há dias. Teve duas hipóteses possíveis: uma taxa fixa de 5,9% ou uma taxa variável igual à Euribor mais cerca 0,64; optou pela taxa fixa de 5,9%!? A Euribor como era previsível e foi dito, está hoje nos 3%, e certamente ainda vai baixar mais, e nestes dois anos deve-se situar neste valor ou inferior ainda. Existia um documento interno da Câmara, um parecer dos serviços económicos e financeiros, a dizer que devia precaver essa situação.

Eu gostaria de saber no contrato que assinou, onde é que precaveu essa situação de uma eventual descida da taxa Euribor e ficarmos a pagar essa taxa monstruosa de 5,9% que neste momento equivale a qualquer coisa como três milhões de euros de juros a mais, só nos dois primeiros anos do empréstimo — que são os anos de carência?”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰²⁹

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰³⁰

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰³¹

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰³²

(Saiu da sala a Presidente da Mesa Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, sendo substituída pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos).

Vogal Nelson Peralta (BE) ⁰³³

“Apresentou à Mesa duas Moções; uma sobre a violência doméstica e outra de solidariedade para com a luta dos professores”.

Presidente da Mesa em Exercício ⁰³⁴

Vogal António Granjeia (CDS/PP) ⁰³⁵

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰³⁶

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰³⁷

Presidente da Mesa em Exercício ⁰³⁸

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰³⁹

De seguida o Presidente da Mesa em Exercício⁰⁴⁰, colocou à votação do plenário a admissão à discussão das Moções apresentadas pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, sendo as mesmas rejeitadas por maioria.

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰⁴¹

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰⁴²

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰⁴³

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁴

“O líder concelhio do PS fez questão de nos brindar hoje no Diário de Aveiro com um ponto prévio ao período de antes da ordem do dia desta Assembleia, ao qual não poderemos deixar de dar uma devida réplica, em nota sumária.

Gostaríamos de ter tempo suficiente para aqui desmembrar todas as afirmações do senhor deputado e demonstrar a fragilidade das diversas afirmações.

Mas vamos deixar o grosso do texto para posterior resposta por quem de direito: os aveirenses que irão sufragar, a postura, o estilo, o trabalho dos políticos, que protagonizam os diversos graus da responsabilidade nesta terra.

Sem mais delongas, damos ênfase a uma expressão curiosa que destacamos do texto do Diário de Aveiro do senhor presidente da concelhia do PS: “é fundamental que os políticos sejam obrigados a falar verdade”.

Na sequência de tão altíssimo apelo, era bom que vossa excelência, senhor deputado Raúl Martins, fazendo jus a essa verdade que apregoa, nos elucidasse relativamente à saga do processo do candidato do PS à Câmara de Aveiro. Diga-nos afinal qual é a verdadeira verdade.

V/ Exa. a 27/08 de 2007 há dezasseis meses disse ao JN: “esperamos a curto prazo dar a conhecer aos aveirenses, aquele que em dois e nove será o Presidente da Câmara”; em 28/12 de 2007 há doze meses, ao O Aveiro dizia: “já há nomes, estratégias, e programas pensados, que a seu tempo, poderão ser apresentados”; em 05/03 de 2008 há dez meses, na apresentação pública da lista que ia concorrer ao PS concelhio, foi ainda mais claro para a comunicação social e tituló mesmo, que o PS já tem nome para as autárquicas de 2009, tendo mesmo anunciado com a pompa e circunstância: “que o partido vai apresentar o cabeça de lista às autárquicas dentro de três meses”. O candidato seria apresentado, mais tardar até 05/06 de 2008; já lá vão sete meses.

Ainda disse mais, para reforçar a convicção do que dizia: “vai ser uma surpresa para muita gente; há um nome que se sobrepõe aos demais”; isto foi dito em 05/03 de 2008 há quase dez meses. Apesar de toda essa convicção e certeza, pouco mais de três meses depois, isto é, já

depois de eleito, veio dizer no dia 19/04 de 2008 ao JN: “o candidato à câmara, pode ser apresentado no último trimestre de 2008.”

Mas o mais interessante, apesar de todas as cambalhotas, que não deixam de o ser, é que apesar de tudo, escolhido e tratado, e depois de já ter candidato, programa e estratégias, o senhor presidente da distrital do PS, no dia 03/10 de 2008, sete meses depois da data do anúncio (de que já existia candidato), diz surpreendentemente o seguinte: “a questão da candidatura à Câmara de Aveiro, irá pôr-se no devido momento”, isto é, apesar de ter passado sete meses, afinal a questão ainda não se tinha colocado; e conclui “estamos ainda a tempo de fazer essa escolha, ainda há muito trabalho para fazer antes”.

Portanto, apesar de toda a espuma levantada é certo que essas palavras hábeis e sérias, sensatas e equilibradas, o senhor presidente da concelhia nem fez a escolha do candidato; e pior, nem fez o trabalho que devia ter feito.

Meus senhores, quando o senhor presidente em exercício do PS de Aveiro fala em verdade, refere-se a este tipo de verdade; uma “peta” permitam-me a expressão.”

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰⁴⁵

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) ⁰⁴⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁴⁷

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) ⁰⁴⁸

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁹

“O natal trouxe-me uma prenda pesada, uma violenta carga viral. Vou tentar fazer-me ouvir o suficientemente para que possa felicitar o público pela intervenção que fez, pela forma de manifestação de cidadania e felicitar também os bons homens desta câmara! O bom Presidente que nós possuímos, como bom homem e todo o seu executivo, com excepção do homem bom Caetano Alves seu vereador.

E quero distinguir de facto os bons homens dos homens bons. Por que quero crer quando for lançada a obra do Eixo Estruturante, muito naturalmente os homens bons vão ter que se pôr à frente para defenderem os bons homens. Porque se assim não for provavelmente os bons homens sucumbirão à frente das reivindicações.

E é necessário que haja homens bons, capazes, efectivos, de concretizarem as obras que são necessárias e é por isso porventura nós vivemos com alguma preocupação.

Dizemos claramente: felicitámos esta Câmara no momento em que apresentou essas realizações essas conquistas para Aveiro e corrobóramos, a bancada do CDS, com todos os seus membros, a bancada do PSD, com todos os seus membros, porventura hoje ficamos um pouco perplexos quando vemos que alguns dos membros das bancadas que suportam este executivo titubeiam face às pequenas dúvidas que um cidadão, um pequeno grupo de cidadãos, um núcleo de interesses imediatamente lhes faz virar a opinião. Queremos crer que esse é o espírito dos bons homens, que é o paradigma desta Câmara — e é esse o nosso receio. Precisamos efectivamente de homens bons na Câmara.

Só conseguimos reconhecer pela sua acção ao Dr. Caetano Alves, o que para nós aqui é preocupante, convenhamos. E isto porquê? Porque também relativamente que às questões levantadas e que são recorrentes, aquilo que se coloca em absoluto, é que em política como na economia, e quero crer, não há nenhum previsor que consiga avaliar o que é que vai suceder em 2009, 2010 e 2011 à desregulação que o ultra-liberalismo e o neo-liberalismo do capital impôs e não se sabe o que vai suceder.

Se calhar tudo isto que estamos a falar não vai ter importância nenhuma porque vai deixar de haver esta relação actual do capital financeiro, do capital virtual, e vai ter que haver um novo valor. Porque a questão que se levanta é esta: os valores. Provavelmente, vamos ter que falar de outras coisas porque tudo isto vai ser passado a muito curto prazo.

Mas só porque existe e porque está contratualizado, nós perguntamos muito claramente: será que foi a atitude mais competente desta Câmara, empurrando os problemas para a frente, que vai sustentar e vai reequilibrar o défice estrutural da autarquia? Aqui a questão essencial é esta: que o senhor Presidente e o senhor Vereador responsável pelas contas, ainda não conseguiram responder claramente.

O défice da Câmara Municipal é um défice estrutural e não conjuntural. E sendo estrutural o que é que tem sido feito? E o que é que isto veio ou não reduzir nesse sentido? Ou após o período de carência, não agravará muito mais os municípios vão ter que suportar todos estes novos encargos?

Eram estas as questões genéricas. Mas de contas concretas, eu não sei se o Senhor Presidente anda (porque essa é uma das preocupações), a resolver os pequenos que são simples e são simpáticos, se anda e se percorre as estradas do concelho, como sucede por motivos simples e só a título de exemplo, quem passa pela Rua Dom José I, verifica que o alargamento dos buracos estão a aumentar e a crescer à velocidade do aumento da dívida da Câmara. Quem passa porventura pela Rua do Caseiro em Vilar sucede o mesmo.

Senhor Presidente, será que não é possível olhar também para o conforto dos concidadãos? Não é necessário fazer rigorosamente nada ou temos que ir todos, a par e passo, a viver de galochas?”

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [050](#)

“Com a constatação de que todos passaram umas óptimas festas, com a excepção ali do Dr. António Rodrigues, que o Pai Natal não foi muito generoso com ele, mas que esperemos que recupere rapidamente.

Hoje não venho falar sobre o estatuto autónomo dos Açores. Não venho falar sobre as listas de espera e sobre as esperas nas urgências dos hospitais nacionais. Não venho falar garantidamente sobre aquele que é o candidato do PSD ou da coligação às próximas eleições autárquicas — aliás posição essa que já defendi há bastante tempo. Também garantidamente não falo sobre o candidato do PS, porque estou-me “borrifando” desculpem o termo, de quem seja ele! Estou-me borrifando, como tal não vou falar sobre isso.

Há uma coisa de que vou falar. Primeiro porque vou ter que esclarecer algumas circunstâncias, porque parece e aqui eu dou a mão à palmatória, porque me incluo dentro daqueles que me regozijei com a apresentação da parte do Senhor Presidente da Câmara, da contemplação no âmbito do programa nacional do Eixo Estruturante de Aveiro/Águeda. Obra há muito pedida, há muito desejada, e há muito necessária.

E se me regozijei, regozijei com base naquilo que era o meu conhecimento há altura sobre esta obra. Aliás, obra que defendo como sendo necessária para o desenvolvimento não só de Aveiro mas de toda a região entre Aveiro, Águeda e limítrofes.

Agora o que eu não posso subscrever, o que eu não aceito subscrever, e não é uma posição de cedência a qualquer tipo de interesse, nem é uma posição individual, mais porquanto para que algumas pessoas possam ter a noção, eu não sei porque não tenho os números certos, mas está aqui o senhor Presidente da Junta de Freguesia que pode corroborar e acertar nesses números, mas garantidamente entraram cerca de três centenas de reclamações individuais no período de discussão pública.

Entraram um conjunto de abaixo-assinados, que totalizaram mais de seis centenas de assinaturas, portanto isto não é o problema de uma pessoa, não é um problema de um interesse, é um problema de defesa de uma região, de uma freguesia, que com o perfil actual, não é com o traçado reparem (e eu aqui discordo da minha cara colega de freguesia que diz que não está contra o traçado), eu não estou contra o traçado, aliás porque é um traçado que eu me recordo há vinte anos a esta parte e posso dizer há vinte anos a esta parte, porque fez exactamente no ano de 2008, vinte anos que eu submeti o meu projecto de habitação de

arquitectura para a minha habitação à então Câmara e que ele foi suspenso durante dois anos e meio para me ser atribuída a licença de construção por causa deste mal fadado traçado. Portanto ele está desde o início e estava num perfil de avenida. Também já sabíamos a determinada altura que para esta obra ser realizada, muito provavelmente teria que ser portajada, mas nunca se falou numas portagens dentro da cidade.

Se isto vier a ocorrer será qualquer coisa de inédito. Não a nível nacional, deve ser a nível mundial. Enquanto neste país, nos Carvalhos, em Lisboa, se recuaram as praças de portagem cerca de 10 quilómetros dos sítios onde elas geralmente estavam para as afastarem das malhas urbanas, aqui estamos a fazer exactamente o contrário; estamos a querer pôr uma praça de portagens dentro do tecido urbano.

Mais, ao quererem levar a efeito este perfil de avenida, entre o Parque de Feiras e a A17, estão a querer fazer qualquer coisa como criar uma barreira clara e inequívoca, que vai contribuir para o desaparecimento rapidíssimo daquilo que é hoje a freguesia de Santa Joana. Aliás, isto só é possível, pensarem-se obras deste tipo, a pessoas que não conhecem, não saem das suas quatro paredes. É por estes mal fadados casos, que eu estou da opinião do meu colega, quando ali há pouco falou que nós não devemos estar parados, não devemos aceitar que por ser o Estado, que pode fazer as coisas quando quer, da forma como quer, quando lhe dá realíssima gana com trinta anos de atraso. Aqui não será trinta, mas garantidamente serão vinte e cinco anos de atraso, em que se não teve em atenção nenhuma, o desenvolvimento da região ao quererem enterrar esta via num espaço de cerca de sensivelmente um quilómetro e meio, com o enterramento médio de três metros e meio é de total desconhecimento da zona. Ao querer atravessar por exemplo na rua dos Campinhos, com uma profundidade de oito metros e setenta, construindo um talude, é só de quem não conhece esta zona, - não é que tecnicamente não seja possível fazê-lo, é; a que custos? Com que impactos? Com que impactos para a população? Com que impactos para os terrenos todos à volta? Passando e atravessando um nível freático que é relativamente baixo e abundante, porque só quem não é da zona, só quem não tem alguns anos de vida é que não se pode recordar aquilo que aconteceu nos Invernos, quando os carros de bois queriam atravessar a rua dos Campinhos para ir para os respectivos campos e ficavam atolados, porque ficavam atolados! É contra este perfil que nós estamos, não é contra a obra. Não é contra o traçado. Santa Joana e os seus fregueses têm-se pautado pela defesa do desenvolvimento. Nós não paramos no tempo e gostamos de ver as coisas muito à frente, mas gostamos de ver as coisas bem feitas, que contribuam para o desenvolvimento harmonioso de toda uma região e não para satisfazer altos dignitários ou vontades políticas completamente desenraizadas da realidade.”

(Reentrou na sala a Presidente da Mesa, que retomou de imediato a condução dos trabalhos).

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [051](#)

“Rapidamente, só para que neste Período de Antes da Ordem do Dia, lembrar que foi constituída (desde a última vez que nós nos reunimos em Assembleia Municipal) a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Uma entidade que gostaria aqui de relembrar e de saudar a sua constituição, pela relevância que poderá trazer e que espero que traga consolidação intermunicipal de toda esta Região de Aveiro. E pode-nos ser muito útil, também ao município de Aveiro integrante destes onze municípios que constituem a comunidade interurbana da Região de Aveiro, em várias vertentes. Uma delas nós já aqui temos falado e entronca naquilo que acabou de ser dito, é a questão dos transportes da rede viária. A rede viária, mas também que tem que ser complementada e foi aqui dito pela intervenção do público, tem que ser complementada com uma intervenção também ferroviária.

É importantíssimo e é determinante no município e numa comunidade intermunicipal urbana de futuro, que nós possamos olhar para a mobilidade de mercadorias e também de pessoas através da ferrovia.

A nível de mercadorias penso que os projectos estão a decorrer, no que diz respeito à ferrovia que vai ligar o Porto de Aveiro ao eixo principal ferroviário que liga Lisboa ao Porto e que passa por Aveiro e também àquilo que vai ser o futuro entroncamento para Espanha através de Aveiro/Salamanca. Parece é que no que diz respeito à mobilidade de pessoas Aveiro e a região de Aveiro ainda tem muito que, eu diria reclamar, mas reclamar no bom sentido, por isso no sentido que é um direito que também nos assiste enquanto comunidade urbana de podermos ter melhores acessos entre os diferentes pólos das cidades que constituem a região de Aveiro.

O eixo intermunicipal, por isso Aveiro/Águeda, este que é aquele que nós chamamos o Eixo Estruturante, já aqui muito falado sobre isso, não pode deixar de ser um eixo estruturante para o município de Aveiro. E lembrava só que, de acordo com o nosso Plano Director Municipal, a cidade nascente vai até à A17. Quer dizer que toda esta zona que agora é-nos proposta que tenha um perfil de auto-estrada e seja uma verdadeira auto-estrada com portagem, não faz qualquer sentido de acordo com aquilo que Aveiro já tem planeado há muitos anos e não foi revogado, antes pelo contrário, tem sido realmente uma reivindicação de todos nós, de termos uma rede viária que possa ser também construída de maneira a que a cidade, o núcleo urbano mais central, possa irradiar para um conjunto de freguesias, que cada vez mais são urbanas e que já são urbanas por exemplo em termos de taxas, em termos dos valores de muitas das taxas municipais e que por isso têm todo o direito, e faz todo o sentido que o município de Aveiro também cresça nesta rede viária e que por isso haja uma consolidação de toda esta zona, com este eixo estruturante, e por isso que não pode de maneira nenhuma ser uma auto-estrada. Poderá sim ter um perfil de via dupla, um perfil de auto-estrada se quiserem ao nível daquele que já existe entre o nó da 109 e o nó do Parque de Feiras, junto à zona de Vilar.

É isso que nós esperamos, que no futuro, esse perfil continue dessa maneira, com mais uma ou duas rotundas distribuidoras de trânsito e que depois confluem para o nó da Moita e aí sim a partir daí se possa constituir realmente em auto-estrada para que dê um acesso rápido de todo o município de Aveiro até Águeda e por isso às diferentes auto-estradas, seja a A17, seja a A1, seja o futuro IC2 até chegar a Águeda.

Um outro assunto que é importante, também é importante a nível regional, tem a ver com o hospital central de Aveiro. Já aqui foi referido pelo nosso representante para a área da saúde concelhia de saúde, o hospital central de Aveiro deve ser também uma reivindicação de Aveiro no âmbito da comunidade intermunicipal da região de Aveiro.

Relacionado com a saúde também está a questão da pobreza. A questão da pobreza a todos os seus níveis e aqui incluía a questão da violência doméstica que foi aqui trazido pelo Bloco de Esquerda. Incluo também isto numa dimensão de pobreza que carece e que temos de combater não a nível de cada câmara municipal., eu estava a referir-me à questão da pobreza e estava a enquadrar aqui a moção que o Bloco de Esquerda quis trazer a esta Assembleia, fica o título e pelo menos fica a intenção, e gostava de a enquadrar realmente em toda esta dimensão que neste momento se vive, em que os municípios não devem atacar este problema sozinhos, mas deve haver aqui uma dimensão mais regional, solidária entre as diferentes instituições, para que a pobreza em todos os seus sentidos possa ser minimizada; erradicada seria o tópico, pelo menos minimizada daquilo que são as vertentes mais conhecidas e para isso temos instituições de solidariedade social que conhecem muito melhor o terreno, do que às vezes muitos organismos que a nível mais central procuram debater este problema. E para já eram estes os assuntos que trazia aqui.”

Presidente da Mesa ⁰⁵²

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰⁵³

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁵⁴

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁵⁵

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁵⁶

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁵⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵⁸

“Nós estamos aqui agora com uma dúvida que não é fácil de ultrapassar. Como sabem nós temos mantido ao longo do mandato um princípio que é, no âmbito do Período de Antes da Ordem do Dia, não respondermos a questões que se colocam ou que se poderão enquadrar no âmbito da Comunicação Escrita à Assembleia. Mas são 23:35 horas, sabemos da intenção da Senhora Presidente em não dar início hoje à Comunicação Escrita, de modo que se não houvesse inconveniente, abriríamos esta exceção e iríamos tentar aproveitar os 35 minutos até às 24:00 horas. E iríamos hoje tentar responder às questões que aqui nos foram colocadas, ganhando assim tempo já em relação à próxima Assembleia. Ia então pedir ao Dr. Pedro Ferreira para responder a algumas questões.”

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁵⁹

“Antes de mais o Presidente João Barbosa não está cá, mas eu gostaria de referir que a ideia dele é uma ideia interessante, a nova Pousada da Juventude, talvez no próximo programa eleitoral, uma vez que nós neste não tivemos oportunidade de candidatá-la e, portanto, é uma das iniciativas que iremos apreciar quando estivermos a fazer o programa para o mandato seguinte.

Senhor Presidente da Junta de São Jacinto, o Senhor Presidente teve algumas afirmações que são no mínimo curiosas e algumas foram graves. A questão do “mentir à população”, da “incompetência”, do “ganhar a mais”...! Senhor Presidente, vamos lá ver uma coisa: se a empresa não tem dinheiro para pagar (supostamente, como o senhor disse) o arranjo das lanchas, o senhor não pode estar contra aumentos, porque o objectivo é sanear a empresa. Portanto aí não percebo qual é a sua ideia.

Mas quanto à questão da incompetência, vamo-nos centrar neste facto: o Senhor Presidente tem muito pouco por onde atirar. E costuma-se dizer que quem tem telhados de vidro não pode atirar a primeira pedra; e o senhor tem. O senhor Presidente, numa situação altamente irregular nestes últimos três anos, não deu contas do Parque de Campismo e não paga a água ao contrário de muitos Presidentes de Junta seus colegas.

Portanto, estamos a falar de competência com certeza. O senhor tem muita competência! O senhor deve neste momento aos Serviços Municipalizados de Aveiro mais de duzentos e vinte mil euros de água; dava com certeza para arranjar muitas lanchas. Portanto eu julgo que por aqui ficamos em matéria de competências.

Quanto ao deputado Raúl Martins. Ele não está na sala, mas ele fez afirmações que eu acho que não podem passar. E porque acho que são um bocadinho de quem não tem muito a noção do que se passou ao longo dos últimos anos em Aveiro.

Vamos começar pelos Centros Educativos. Falou muito bem em Ílhavo. Damos os parabéns à Câmara de Ílhavo por ter iniciado o processo. A Câmara Municipal de Aveiro no passado mês de Julho levou a reunião de Câmara a abertura de cinco processos de concurso, para cinco centros educativos. Não teve este nome pomposo, nós gostamos muito pouco de nomes pomposos, eu gosto que as coisas se façam e, portanto, em tempo útil as coisas foram feitas e vamos estar claramente definidos quanto a isso - à parceria já lá chegamos.

Falou de uma coisa deliciosa para quem está na oposição. Mas esteve oito anos no governo e eu gostava muito que falassem com alguns técnicos da Câmara sobre este assunto. Durante oito anos o investimento nas escolas no município de Aveiro foi nulo, nulo, absolutamente

nulo. Durante estes últimos oito anos o governo socialista em Aveiro, foram construídas quatro salas de aulas, quatro salas de aula!

No mandato que nós temos o orgulho de representar, no município de Aveiro já foi construído um Centro, um Jardim-de-infância feito por nós, vocês fizeram zero — para além de outros arranjos que foram feitos. Recordo-vos que só no último ano gastámos mais de um milhão de euros só nas escolas, mais de um milhão de euros em arranjos nas escolas senhor deputado. Portanto em relação a isto estamos falados sobre quem é que investe na educação no município de Aveiro. Concordamos em absoluto que as escolas estão miseráveis, oito anos sem investimento nas escolas, oito anos! (Eu acho deliciosas algumas coisas, eu até gosto que o senhor deputado Raúl Martins ter dito que o António Costa é que está certo, muitos parabéns ao senhor Presidente da Câmara de Lisboa, acho que deve continuar a fazer aquilo que faz e nas eleições será avaliado pelos munícipes dele).

Dizer-lhe uma coisa. Eu acho fantástico que ao fim de um mês, o empréstimo tem 144 meses de vigência, ao fim de um mês já é o pior do mundo. Há seis meses atrás, sete meses atrás, ainda era a melhor das coisas..., um mês!? Vamos lá ver uma coisa quanto ao valor da taxa fixa. Neste dia, hoje, hoje, todos os partidos que estão nesta Assembleia sabem que durante esses 144 meses quais são os juros que a Câmara vai pagar? São elevados, são baixos, todos sabem com exactidão? Mas o que o senhor deputado está, e já na última Assembleia foi levantado por um outro ilustre deputado do partido socialista, que nós não lemos os pareceres dos técnicos e não fazemos contas e não sei quê..., Meus senhores leiam o contrato. O contrato tem na sua cláusula 10 o seguinte: “sobre este empréstimo não serão cobradas comissões de qualquer tipo”. Isso significa para quem é da banca e quem percebe alguma coisa, temos ali o António Regala, se amanhã a Câmara Municipal quiser ir ao mercado e contratar um empréstimo com outra instituição paga zero — e isto vale dinheiro, muito dinheiro.

Os senhores deputados não têm noção nenhuma do que é isso. A gente faz o trabalho de casa e fá-lo bem, fá-lo bem... e sabemos aquilo que estamos a fazer.

Parceria pública ou privada. Em vários municípios deste país, foram feitas várias parcerias público ou privadas até à data, vários. Posso ir reconhecer uma câmara vizinha como falaram dela há bocado, mas eu não vou falar, vou citar: “foi assinado há três anos, até este momento a parceria pública ou privada fez zero”. A Parceria pública ou privada em Aveiro, quando existir vai ser como a Câmara quiser, com os valores claramente definidos como fazemos por exemplo com o empréstimo, para todos aqui saberem quanto é que vai custar; as análises financeiras são importantíssimas, não fazemos as coisas no ar como se faziam no passado e que dão as belas responsabilidades que temos hoje em dia e ainda hoje tivemos que resolver mais uma responsabilidade de um milhão e trezentos mil.

Meus Senhores neste momento está condicionada a parceria, à análise completa do processo e há a efectiva concretização do QREN que nunca mais chega, mas há dois anos que ele está prometido, mas nunca mais chega.

O senhor deputado foi pegar numa coisa deliciosa que se chama refeições escolares! Deliciosa!! Deliciosa para quem tem o historial fantástico que tinha. Nós chegámos à Câmara, a Câmara devia dois anos de pagamento de refeições escolares à empresa que fornecia! Dois anos! Dois anos, depois de receber dos pais a participação, isso é vergonhoso!

Quanto ao processo que nós estamos ainda a introduzir, um sistema inovador único no país, se ao fim de três meses ele estiver concluído, eu acho que em Portugal merecemos uma salva de palmas.”

Vereador Miguel Capão Filipe ⁰⁶⁰

“Senhora Presidente, senhores deputados três assuntos. O primeiro é esta Câmara tem sido muito clara, no seu posicionamento sobre o Hospital Infante Dom Pedro e passo a referir: Ponto 1 – é a sua reclassificação na qualidade de Hospital polivalente.

Ponto 2 – é o Hospital Infante Dom Pedro de Aveiro estar ligado às actividades de investigação, de apoio à estratégia da Universidade de Aveiro na área da saúde, designadamente da sua Escola Superior de Saúde.

Ponto 3 - somos por um novo edifício adaptado às realidades contemporâneas da medicina, que este já não consegue colmatar.

E, também, de forma inequívoca esta Câmara está disponível para trabalhar com as entidades competentes - já aliás fizemos este posicionamento em relação ao Ministro anterior e em relação à actual Ministra. Estamos disponíveis para trabalharmos, nos diferentes tipos de localizações e diremos presente a esse mesmo trabalho, seja na proximidade do Campus Universitário, seja por exemplo na confluência do Eixo Estruturante, com as diferentes auto-estradas, no sentido de servir a região de Aveiro.

E a propósito da CIRA, que todos nós devemos doravante afirmarmos como a designação e muito bem de região de Aveiro, felizmente nos princípios programáticos iniciais da região de Aveiro faz parte precisamente um hospital novo e a reclassificação desse hospital, com o estatuto de hospital polivalente, aquilo que outros conhecem numa designação antiga como hospital central.

Ponto 2 - no que diz respeito, a um senhor deputado colocou aqui a questão dos estacionamento privados. Estacionamentos privados como indica a designação são, enfim, negócios de capitais privados que tem critérios comerciais. Infelizmente alguns deles não tem sido viáveis economicamente, e por isso optaram pela redução dos respectivos horários. Mas houve de facto circunstâncias de reunião amigáveis com os respectivos gestores e foi permitido nesse mesmo regulamento um diálogo, por exemplo, em relação aquele que está na proximidade do Teatro Aveirense, fazer-me chegar regularmente a programação do Teatro Aveirense — e há uma adequação de excepção em relação a esse alargamento de horário, quando ocorrem determinado tipo de eventos.

Sobre o Mercado Manuel Firmino, terá havido um encerramento muito pontual do estacionamento. Numa mesma circunstância em relação a esse estacionamento que refere, que estamos a falar da véspera de natal.

Ponto 4 - no que diz respeito, também levantado por um senhor deputado, eu suponho que se refere à Exposição de Cartografia Comemorativa dos 200 anos da Abertura da Barra. Esta mesma exposição de cartografia teve a parceria do município de Aveiro, através do seu departamento de cultura, designadamente um acto de concessão e montagem desta exposição, bem como a cedência de materiais logísticos, contou com o apoio da Câmara Municipal de Aveiro. O primeiro local desta mesma exposição inaugural foi a Capitania de Aveiro, era suposto que esta mesma exposição enfim, iniciasse e terminasse na Capitania de Aveiro. O que aconteceu dado o seu êxito é que a Administração do Porto de Aveiro, em parceria e com a organização do município de Aveiro, achou que era uma exposição que tinha interesse para itinerância, de modo que andou por diferentes tipos de municípios do distrito e nacionais. Culminou com a ida para o Museu da Marinha, sempre com o apoio de recursos técnicos de montagem e de material do município de Aveiro.”

Presidente da Câmara [061](#)

“Tenho a missão duplamente facilitada, primeiro os esclarecimentos já prestados e depois também já só tenho mais doze minutos até à meia-noite. Em relação às restantes questões, Dr. Carlos Candal em relação ao Eixo Estruturante, eu gosto muito, defendo intransigentemente a construção do Eixo Estruturante. Aliás se recordarem das palavras proferidas no início da minha Comunicação eu falei do interesse que tinha para Eixo, do interesse que tinha para Eiol, do interesse que tinha para Requeixo, no interesse que tinha para todos nós, numa acessibilidade mais rápida à A17 e à A1. Tudo isto são naturalmente vantagens que nós queremos que aconteçam e que sabemos que irão acontecer com a construção do Eixo-Estruturante.

Agora naturalmente que não queremos a qualquer custo ou a qualquer preço. Temos naturalmente, como é nosso dever, de acautelar as situações e fazer com que a obra que acreditamos que esteja concluída em 2012. Naturalmente seja uma via que seja fundamental para o desenvolvimento equilibrado do nosso concelho.

Quanto ao Senhor Presidente da Junta de São Jacinto e às palavras que teve em relação ao Porto de Abrigo. É também por uma questão de justiça para relevar todo o empenho e toda a persistência e todo o interesse que colocou permanentemente nesse assunto e quando assim é quando as entidades trabalham de forma articulada, naturalmente tudo é mais fácil. Vamos esperar agora que seja no âmbito do PROMAR, que a candidatura aprovada. E se for aprovada, tal como nós nos comprometemos numa reunião que houve de apresentação do projecto à freguesia e à população de São Jacinto, se ela for aprovada, eu penso que poderemos realizar o quarto e último grande sonho que a freguesia de São Jacinto tinha para este mandato. Havia quatro grandes sonhos para São Jacinto, sonhos que se prolongavam há muitos anos, que não estavam realizados. Desses quatro três já estão, faltará este, vamos ver se conseguimos e se o conseguirmos ficaremos todos naturalmente muito felizes.

Dr. Jorge Nascimento, comungar das palavras amigas, elogiosas que teve para com os Bombeiros nesta data importante para os Bombeiros e para Aveiro, que foi a comemoração do seu primeiro centenário. Felicitá-lo também pelo apelo que fez ao equilíbrio que tem que existir em tudo na vida, até na questão naturalmente do Eixo Estruturante.

Agradecer também ao Joaquim Marques o contributo que nos trouxe. Ao Prof. António Coimbra pela reflexão que nos trouxe em termos de mobilidade.

Por último em relação às Agrad. As Agrad têm sido uma questão, tem sido uma zona esquecida ao longo dos anos. É verdade que já apareceu numa relação dos trabalhos feitos do mandato como construída a Avenida. É verdade também que a Avenida das Agrad foi adjudicada já no passado ela foi adjudicada. Só que não estavam negociados os terrenos e por isso naturalmente nos resta agora é pagar a indemnização de não ter sido feita a obra por não haver terrenos.

Da nossa parte e tentando intervir de forma articulada, da nossa parte têm prosseguido as negociações de terrenos nas Agrad. Neste momento teremos cerca de 60% dos terrenos já negociados com as pessoas e resolvidos. Haverá ainda cerca de 25% acordados com as pessoas, mas que ainda não estão pagos, não há ainda um documento que vincule esse compromisso e haverá cerca de 15 % de casos ainda por negociar que estamos a desenvolver essas diligências.

Também no âmbito (tem a ver com isto) da questão das Agrad, resolvemos e já aqui veio à Assembleia Municipal a questão da Vitasal. Que tem a ver com este processo, no fundo começando esta avenida, começando lá na passagem superior e depois chegado ao canal de São Roque tinha que se conversar com a Vitasal. O processo já aqui veio, já tem o visto do Tribunal de Contas, portanto está validado pelo Tribunal de Contas também, portanto já estará o princípio e o fim já resolvidos. Temos também garantido, ainda na zona das Agrad algo que nos parece fundamental para o desenvolvimento de toda aquela zona que é a autorização dada pelas estradas de Portugal e pela AENOR para a construção de uma entrada e saída de mão da A25. Portanto aquilo que será a futura avenida das Agrad, irá depois também ter acesso directo à A25 e irá recolher também o trânsito que no sentido circule na A25, o que nos parece que vai potenciar e valorizar muito o desenvolvimento daquela zona.

Por último em articulação com isto tudo, informar tal como foi informado já há dois anos, (que seria em Maio) informar que a REFER (e penso que já dei aqui essa informação, se já a dei é para reafirmar), no dia 4 de Agosto de 2008, entregou, adjudicou a obra de requalificação ou de arranjo da passagem superior da linha de caminho-de-ferro, haveria uma questão para resolver ali e que dificultou, foi que conseguiu negociar. Como sabem haverá uma deslocalização da rotunda cerca de 20 metros para os terrenos que lá estão. Conseguiu-se negociar com todas as pessoas menos com uma; como não se negociou com uma naturalmente

que não se ia entrar no terreno, daí que a REFER tenha avançado com a declaração de interesse público dessa obra. Essa declaração foi publicada já há cerca de 15 dias em Diário da República, portanto neste momento conjugando tudo com esta declaração de interesse do empreendimento, tudo se conjuga para que as Agras venham a conhecer também, as vantagens de um desenvolvimento que nós queremos fazer chegar a todo o concelho.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁶²

Vogal António Granjeia (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶³

“Eu gostava de fazer uma pergunta que fiz ao Senhor Vereador Capão Filipe e que não tive resposta. Qual foi o critério que presidiu a este aumento de preços das tarifas dos transportes? Também desejava felicitar o Senhor Vereador Pedro Ferreira pela intervenção notável que hoje aqui fez, de facto eu gostei de o ouvir hoje, normalmente não tenho gostado muito mas desta vez gostei e queria-lhe dar os parabéns por isso e desejar-lhe que continue assim.”

De seguida a Presidente da Mesa⁰⁶⁴, colocou à votação, o recurso para plenário, pedido pelo Vogal António Costeira para utilização da palavra em defesa da honra, sendo a mesma aprovada por maioria.

Vogal António Costeira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁵

“O Dr. Pedro Ferreira em vez de responder às questões que eu coloquei relativamente à situação em que se encontram os transportes para São Jacinto, veio aqui a talhe de foice referir-se à situação do parque de campismo e ao facto da Junta de Freguesia de São Jacinto dever água.

Pois Senhor Vereador relativamente à questão do Parque de Campismo eu tenho que lhe dizer que a situação está conforme vossa excelência disse. Porque a Câmara assim o entende, porque há cerca de um ano atrás eu tive uma reunião na Câmara para fazer o encontro de contas, até hoje estou à espera! Até hoje estou à espera. Porque nunca foi essa a posição da Junta de Freguesia, em não cumprir as suas obrigações e o senhor em vez de responder aos problemas que se passam nos transportes, vem para aqui falar sobre esta questão.

Relativamente à água, tenho que lhe dizer que quando entrei para a Junta de Freguesia em 1999, surgiu uma dívida de cerca de 75.000 euros. Eu desde aí, pedi esclarecimentos aos Serviços Municipalizados, relativamente a essa situação, porque em termos de edifícios a Junta de Freguesia tem pago a água a tempo e horas, é claro que algumas situações com alguns atrasos, normal do funcionamento da Freguesia, mas uma coisa é certa, também não concordo que nós tenhamos dez ou quinze jardins a regar e que seja sempre a Junta a suportar estes encargos. Mas isso são situações que eu gostaria de, quando vossa excelência entender, gostaria que os apresentasse para justificar.

E agora gostaria, se quiser responder, o que é que a Câmara vai fazer relativamente aos transportes para São Jacinto?”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁶⁶

“Como repararam pela resposta do Senhor Presidente, foi altamente ofendido, questões concretas. Senhor Presidente, nesta data de hoje tem em dívida com os Serviços Municipalizados de Aveiro a água. E tem dívida com a Câmara Municipal de Aveiro. E não é como o senhor diz a questão do protocolo. O senhor tem várias obrigações de protocolo e é isso que tem que cumprir e é isso que um dia a gente há-de falar. O Senhor também não fala

sobre a Moveaveiro, não fala com as pessoas. Vem para aqui falar e essa é que é a diferença! Essa é que é a diferença entre as coisas senhor Presidente. Mas eu respondo-lhe sobre... Senhor Presidente aprenda a respeitar as pessoas porque eu também respeitei aquilo que disse. Só dizer-lhe o seguinte: sobre a Moveaveiro é muito simples. O senhor diz que um aumento de cinco cêntimos é um aumento exorbitante! Sabem quanto é que significa os cinco cêntimos na Moveaveiro? Num bilhete da Transria? Sabe quanto é que significa? 4%, exorbitante de facto! Senhor Presidente vamos lá ver as coisas. Temos perfeita noção do que foram os aumentos. Os aumentos devem-se a duas questões (e agora respondendo ao deputado Granjeia) muito simples e eu já as transmiti em reunião de Câmara. Previsão do preço do combustível para o ano de 2009 cinquenta dólares. Neste momento está abaixo. Ainda hoje subiu 12%. Previsão de aumentos salariais 2.9 definidos pelo Governo.

Foram estas as duas bases para fazer aumentos tarifários, mais nenhum. Situação de equilíbrio mantendo o défice actual da empresa; simples. As pessoas sabem o que é que estão a fazer.

Mas posso-lhe responder: a Câmara Municipal deliberou em reunião do executivo que o modelo de gestão da Moveaveiro seria concessionar os vários sectores — um deles é a Transria ou Moveria como lhe queira chamar. Portanto muito simples, não tenho problemas nenhuns.

Agora nunca ofendi nesta casa ninguém. O senhor aproveitou para falar de outras coisas, não escamoteou o facto de o senhor falar em incompetências e mentiras, se calhar o senhor é que anda a mentir à população quanto aos aumentos tarifários, que como se calhar vimos não são assim tão elevados. Mas o senhor esqueceu-se foi de outra coisa: é que neste momento o senhor está numa situação de benefício em relação à maior parte dos seus colegas. Olhe aí ao seu lado; tem uma situação de benefício! Está bem.”

Seguidamente, a Presidente da Mesa⁰⁶⁷ deu por encerrada esta primeira reunião da Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 05 de Janeiro (2.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 24:00 horas do dia 29 de Dezembro de 2008.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)